



## Poder Legislativo

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PORTARIA Nº 8, DE 29 DE MAIO DE 2017

Restabelece valor, para empenho e movimentação financeira, e altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), e no art. 58 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/2017), resolve:

Art. 1º Restabelecer para empenho e movimentação financeira (descontingenciamento), no orçamento do Órgão 01.000 - Câmara dos Deputados, o valor de R\$ 1.406.925,00 (um milhão, quatrocentos e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º O cronograma anual de desembolso mensal da Câmara dos Deputados, para gastos no grupo de Outras Despesas Correntes e Investimentos, passa a ser o constante do Anexo I, em razão do disposto no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

## ANEXO I

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017  
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS

MÊS	LIMITE MENSAL
Janeiro	25.000.000
Até fevereiro	127.228.000
Até março	229.456.000
Até abril	329.183.000
Até maio	428.910.000
Até junho	528.838.000
Até julho	628.766.000
Até agosto	728.694.000
Até setembro	828.622.000
Até outubro	928.550.000
Até novembro	1.028.478.000
Até dezembro	1.128.405.979

## PORTARIA Nº 10, DE 29 DE MAIO DE 2017

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

## ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2016 a Abril/2017)	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
		(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		4.462.189.092,13	1.550.460,00
Pessoal Ativo		2.788.847.288,61	899.460,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		1.673.341.803,52	651.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		640.328.419,04	1.550,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		28.065.454,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		58.322.557,14	1.550.460,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		553.940.407,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		3.821.860.673,09	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		718.531.431,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)		3.821.860.673,09	0,53
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)		8.694.230.315,10	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)		8.259.518.799,35	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)		7.824.807.283,59	1,089000

Fonte: SIAFI, MF/STN, 10 mai/2017, 10hs.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES  
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA  
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA  
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade em exercício

# Diário Oficial da União Digital

PRÁTICO,  
GRATUITO E  
CERTIFICADO

**ICP Brasil**

Informações Oficiais  
www.in.gov.br